



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LETÍCIA AMANCIO DE CERQUEIRA

**O pioneirismo de Emília Fernandes em seu mandato no Senado Federal (1995-2003):
uma estratégia discursiva inovadora na subversão de barreiras de gênero na política**

**BRASÍLIA
2025**

LETÍCIA AMANCIO DE CERQUEIRA

**O pioneirismo de Emília Fernandes em seu mandato no Senado Federal (1995-2003):
uma estratégia discursiva inovadora na subversão de barreiras de gênero na política**

Trabalho de Conclusão de Curso como
requisito para obtenção de grau de licenciatura
em História apresentado ao Departamento de
História da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof. Dra. Teresa Cristina de
Novaes Marques

BRASÍLIA

2025

LETÍCIA AMANCIO DE CERQUEIRA

**O pioneirismo de Emília Fernandes em seu mandato no Senado Federal (1995-2003):
uma estratégia discursiva inovadora na subversão de barreiras de gênero na política**

Trabalho de Conclusão de Curso como
requisito para obtenção de grau de licenciatura
em História apresentado ao Departamento de
História da Universidade de Brasília.

Aprovado em: 11/02/2025

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Teresa Cristina de Novaes Marques (orientadora)
Universidade de Brasília (UnB)

Dra. Ana Maria Prestes Rabelo

Profa. Dra. Bárbara Manguiera do Nascimento
Universidade de Brasília (UnB)

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, à minha família. Em especial, aos meus pais, Erasmo e Luciana, por me ensinarem a sempre querer mais e a dar sempre o meu melhor. Obrigada por me fazerem quem sou e pela certeza que depositam em mim.

Aos meus irmãos, Beatriz e Júnior, pela escuta e pelo apoio incondicional. Obrigada por dividirem essa jornada comigo e por fazerem tudo valer a pena.

Ao Caio Victor Dias, pela amizade leal, inabalável diante de qualquer mudança e distância com as quais nos deparamos no caminho. Você é parte fundamental da minha história na UnB e, para a minha sorte, me acompanha para além dela, em outras etapas e desafios que me aguardam.

À Ana Carolina de França, minha amiga e companheira no mais profundo sentido das palavras, obrigada por acreditar em mim e por me lembrar, em todas as vezes que duvidei, do que sou capaz. Em especial, agradeço pelas leituras atentas e pelas generosas contribuições em todos os momentos desta pesquisa.

Sou imensamente grata ao Senado Federal por me acolher nesta Casa, permitindo-me ver a história do nosso país de perto e contribuir para a preservação e difusão da sua memória. Em especial, agradeço à Coordenação de Arquivo por me fornecer a inspiração de cada palavra deste artigo e por dar lugar a laços tão bonitos, e, certamente, duradouros, que construí.

Pela minha trajetória refletida neste trabalho, e pelas possibilidades e conquistas que ainda me aguardam, devo o mais sincero agradecimento às minhas avós, Maria Madalena e Maria José, as mulheres mais fortes e as maiores referências da minha vida.

Resumo

Este trabalho analisa a trajetória política atípica de Emília Fernandes considerando desde a sua eleição para o Senado Federal, ao exercício do mandato entre as 50^a e 51^a legislaturas, no período de 1995 a 2003. A combinação incomum de elementos que garantem a entrada nesta Casa Legislativa e a adoção de uma estratégia bem delimitada e particular permitiram à ex-senadora contornar os padrões instituídos quanto à participação política de mulheres e conquistar espaço e influência como parlamentar. Emília nomeou sua condição de mulher de modo discursivamente distinto, subvertendo as desqualificações e restrições vinculadas ao seu gênero, ao mesmo tempo que a converteu em vantagem pessoal. Sustenta-se que Fernandes representa um caso raro de atuação política feminina. À luz das abordagens teóricas acerca da integração da mulher no sistema político institucional, o presente artigo discute, deste modo, as estratégias adotadas por Fernandes para alcançar sucesso eleitoral singular na eleição ao Senado e projeção inédita na Casa.

Palavras-chave: Emília Fernandes; Senado Federal; gênero; mulher; política.

Abstract

This work analyzes the atypical political trajectory of Emília Fernandes, considering her election to the Federal Senate and her mandate during the 50th and 51st legislatures, from 1995 to 2003. The uncommon combination of elements that secured her entry into this legislative body, along with the adoption of a well-defined and particular strategy, enabled the former senator to circumvent established norms regarding women's political participation and to carve out space and influence as a parliamentarian. Emília articulated her identity as a woman in a discursively distinct manner, subverting the disqualifications and restrictions associated with her gender while simultaneously turning it into a personal advantage. It is argued that Fernandes represents a rare case of female political performance. In light of theoretical approaches regarding the integration of women into the institutional political system, this article discusses the strategies employed by Fernandes to achieve singular electoral success in her Senate election and unprecedented prominence within the chamber.

Keywords: Emília Fernandes; Federal Senate; gender; women; political.

Sumário

1	Introdução.....	7
2	O perfil biográfico.....	10
3	O capital simbólico e político: conversões e acúmulos.....	11
4	A propaganda política estratégica e seu discurso.....	13
5	O Senado Federal: origens e práticas institucionais.....	14
6	Os perfis de carreira e os padrões institucionais.....	16
7	As intercessões: a trajetória de Emília e a normatividade do Senado.....	18
8	A identidade feminina: expressões e perspectivas.....	20
9	A retórica de Emília.....	23
10	A postura política e a projeção interna.....	25
11	O desempenho parlamentar e as repercussões.....	28
12	Considerações finais.....	30
	Referências.....	34

1 Introdução

O presente artigo se dedica a compreender os caminhos pelos quais é possível suplantar os limites impostos a mulheres à ação política, tomando-se o exame da trajetória de Emília Fernandes. Fernandes mostrou-se uma mulher de carreira bem-sucedida e, ao mesmo tempo, apresentou uma conduta não convencional. Em outras palavras, pretende analisar como as diversas opressões, invalidações e limitações, apesar de darem forma a boa parte das experiências e práticas das mulheres, foram contornadas por ela, levando em consideração, para tanto, estratégias pessoais, fatores situacionais e práticas institucionais, que culminaram na sua trajetória política peculiar.

O foco desta pesquisa recai sobre as condições que propiciaram a eleição de Emília ao Senado Federal e a sua projeção política durante o exercício do seu mandato nesta Casa. O interesse na trajetória de Fernandes se justifica pela sua ascensão súbita à Câmara Alta, sem ter ocupado cargos políticos considerados preliminares, como a deputação estadual e federal, e pelo fato de que, na qualidade de senadora, ela alcançou posições centrais e tradicionalmente ocupadas por parlamentares homens. Por tais feitos, tornou-se a primeira mulher a se eleger para o Senado pelo Rio Grande do Sul e, também, a primeira a assumir a presidência de uma Comissão Permanente.

Em vista de sua vitória eleitoral e de sua projeção interna, analisadas a partir do perfil de recrutamento parlamentar da instituição e das limitações ao acesso a posições de poder no Senado, sustenta-se que Emília Fernandes exemplifica uma trajetória singular de acesso e de projeção política nesta Casa. Ao fazer um comparativo entre o desenvolvimento de sua carreira e as tendências observadas na rota de ingresso de mulheres na Câmara Alta, ficam destacados seus inúmeros desvios em relação aos parâmetros sublinhados¹. Atestada a especificidade do perfil político e da trajetória da gaúcha, exploramos mais a fundo os pontos de contato entre sua trajetória e o Senado, isto é, observamos as interações de maneira pormenorizada segundo os processos de subversão dos padrões em que esteve envolvida, que levaram aos seus alcances pioneiros.

Há várias vertentes desenvolvidas por pesquisadores para explicar os fatores sociais que dificultam o ingresso de mulheres na vida política e a sua participação efetiva em cargos de liderança e de tomada de decisão. Os estudos exploram desde fatores estruturais, a

¹ É importante ressaltar que a argumentação a respeito da atipicidade de Emília Fernandes no âmbito deste artigo é feita tendo como base as características comuns do conjunto de mulheres que assumiram mandato parlamentar no Senado Federal entre 1991 e 2018.

culturais e institucionais. Tais abordagens não necessariamente se excluem, antes, podem ser complementares (Miguel; Biroli, 2010). A despeito de constituírem perspectivas de análise distintas, é certo que todas elas têm como ponto de convergência a identidade de gênero - em nosso caso, a feminina - produzida nas dinâmicas de poder e de dominação que estruturam o sistema de valores da sociedade.

A presença feminina no espaço público - tido como naturalmente masculino - é forjada, forçada, pelas próprias mulheres em combate à ordem hierárquica imposta (Pateman, 1993; Pinto, 2010). A divisão sexual do trabalho por trás da atribuição não só diferente, mas, desigual, de homens e mulheres às atividades no âmbito público e privado, dá origem a essa hierarquia, produzida histórica e socialmente (Hirata; Kergoat, 2007), que ganha forma nos privilégios, assim como nas desvantagens e subordinação (Biroli, 2018). Essa desigualdade aparece na política em termos de poder concentrados entre os homens no controle dos mecanismos de funcionamento do sistema, enquanto, às mulheres, cabe o espaço e a influência que lhes são conferidos ou que conseguem como resultado dos movimentos libertários - como o feminismo - ou demais alternativas que empregam no enfrentamento e na emancipação desse ordenamento político (Biroli, 2018).

A representação social e a representação política são proporcionalmente diretas, e, dentro dessa dinâmica, há um conjunto de valores que moldam os perfis sociais e políticos, determinando padrões e legitimando atores dentro do campo, sendo, os impedimentos, uma dos efeitos centrais (Avelar, 2001). Como desdobramento da demarcação de papéis sexuais e generificados e os estereótipos que deles decorrem, associados à estrutura patriarcalista da cultura política brasileira, observa-se o histórico fortemente marcado por tensões e inibições à atuação política feminina, e a incorporação restrita das mulheres nesta esfera se estende às dificuldades, também, no acesso a cargos de maior importância e centralidade.

Considerando esta hierarquia social e política e as práticas culturais limitadoras sobre o gênero, o presente artigo parte da premissa de que há uma cultura institucional que dificulta a incorporação e atividade de mulheres no sistema político formal. Os elementos culturais geram seus efeitos por meio de mecanismos de constrangimento internos que contribuem para a manutenção do domínio masculino no setor. Sob esse prisma, toma como premissa considerações feitas por Miguel e Biroli (2010) no que concerne à existência de um dilema que molda o caminho trilhado por mulheres na política como um todo, e, de tal modo, também no microcosmo do Poder Legislativo Federal: adoção das práticas e condutas esperadas ou desvio dos constrangimentos e da normatividade institucional.

À luz das abordagens teóricas que se debruça sobre o problema da integração de mulheres no sistema político, este ensaio examina os aspectos que podem ser observados em uma rota incomum e encurtada, isto é, que não só invertem a ordem estabelecida, como também não cumprem a passagem pelos cargos considerados preliminares para o acesso a cadeiras na Câmara Alta. Consideram-se as dificuldades inerentes à eleição para uma cadeira no Senado a fim de elucidar os caminhos percorridos por Fernandes para se tornar a primeira mulher a representar o estado do Rio Grande do Sul no Senado e se tornar a primeira parlamentar a presidir uma Comissão Permanente nesta Casa. Em vista de seu ineditismo político, a premissa deste artigo é a de que seu sucesso eleitoral e parlamentar se deu por meio de uma estratégia bem delimitada, tanto de campanha, quanto de atuação política. O estudo supõe que os desvios dos padrões culturais e dos perfis institucionais que contribuíram para o sucesso de Fernandes se deram pelo recurso à identidade feminina, por meio de uma retórica particular e polivalente sobre sua condição de mulher na construção de sua imagem pública e carreira.²

Em termos metodológicos, examino criticamente os documentos preservados na Biblioteca do Senado que registram o mandato de Fernandes na Casa. Para a coleta das informações a respeito da trajetória política de Emília recorreu-se, especialmente, a publicações internas da instituição, como *Senadoras: dados biográficos 1979-2024*³. Já as questões relativas às alternativas adotadas pela senadora foram avaliadas à luz de matérias jornalísticas e manifestações suas nos meios de comunicação, tanto os externos, quanto os internos desta Casa. Este segundo aspecto da pesquisa também se apoiou no acervo da mesma biblioteca.

Submetidos a um tratamento do tipo qualitativo, o procedimento de análise das fontes dividiu-se em dois eixos: primeiro, entrevistas e discursos que permitam entrar em contato

² Identidade feminina é empregada nesta pesquisa com base na concepção de Judith Butler ([1990] 2018) do gênero como uma construção social e performativa, cultural e historicamente associada ao feminino. Como reflexo da convergência de aspectos contextuais e relacionais, como propõe Butler, esta pesquisa não pretende assumir o gênero como uma substância, com essência fixa ou de natureza intrínseca, que implicaria uma identidade feminina única e homogênea, negando a pluralidade de experiências de ser mulher que decorrem da interseção de múltiplas identidades e demarcadores sociais. Dessa forma, sem desconsiderar a inconstância em torno da expressão, identidade feminina é utilizada no âmbito deste artigo para invocar os traços culturais e sociais constitutivos do gênero, mais especificamente, as concepções e juízos que se refletem em valores, características, capacidades e funções historicamente atribuídos ao feminino, estabelecendo normas e práticas de gênero, ao mesmo tempo que dela derivam.

³ A publicação contém os principais dados da trajetória das senadoras eleitas entre 1979 e 2024, desde informações pessoais, atividades desempenhadas anteriormente e demais cargos ocupados, às suas principais contribuições e participações dentro da Casa. As informações pessoais e profissionais são fornecidas pelas próprias senadoras, de acordo com as categorias pré-determinadas na metodologia de coleta de dados, e os pronunciamentos e proposições são captados da página institucional do Senado. Dessa forma, é importante não perder de vista as possíveis lacunas na adequação dos dados a essas categorias e a possibilidade de existência de vies institucional no resultado apresentado.

com as perspectivas da própria senadora que perpassaram sua trajetória e serviram como princípio orientador da sua estratégia política e, segundo, excertos de declarações e coberturas jornalísticas que tornaram possível tomar conhecimento acerca das repercussões de seu mandato, os alcances obtidos pela parlamentar e os desvios de padrões durante este termo.

2 O perfil biográfico

Com a base de sua carreira construída em Santana do Livramento, município do Rio Grande do Sul, Emília Therezinha Xavier Fernandes é uma figura política emblemática na história do estado e do país. Afastada das salas de aula pelo governador por participar de uma greve de professores, na década de 1980, Emília passou a se dedicar à luta contra as injustiças e em prol de direitos e melhorias na educação. Este foi o início de sua jornada como sindicalista. A partir do seu engajamento e das relações desenvolvidas no movimento sindical que Fernandes conquistou articulação suficiente para ganhar espaço e reconhecimento a nível local, motivando-a a tentar uma carreira na política.

A sua carreira na política institucional teve início em 1982, quando se elegeu vereadora de Santana do Livramento, onde exerceu três mandatos consecutivos.⁴ Seu exercício na vereança foi entremeado por atividades e funções importantes para o desenvolvimento de sua carreira. Entre os mais destacados postos políticos, nos dez anos que antecederam a sua eleição ao parlamento federal, Fernandes foi Vice-Diretora do 23º Núcleo do Centro de Professores do Rio Grande do Sul (CPERS) e integrante do Conselho Estadual dessa organização. Integrou, também, o Conselho Legislativo Internacional, presidiu o PTB de Santana do Livramento e a Comissão de Educação, Saúde e Bem-Estar Social da Câmara de Vereadores da mesma cidade.⁵

A eleição à Câmara Alta, em condições significativamente incomuns, teve influência, em grande parte, da experiência e do reconhecimento adquiridos no desempenho destas posições. Sua trajetória na vida pública e política regional lhe conferiram o prestígio necessário para que, em 1995, renunciasse ao cargo de vereadora por efeito da sua eleição com mais de um milhão de votos para representar o estado no Senado Federal. A sua

⁴ Em razão da vitória alcançada no pleito de 1982 e da prorrogação de seu mandato pelo Congresso Nacional com o objetivo de desvincular as eleições municipais das federais, permaneceu de 1983 a 1989. Reeleita no pleito de 1992, ficou em exercício no cargo de vereadora até 1995.

⁵ Informações coletadas na última edição da Biografia das Senadoras. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/650542>. Acesso em: 9 nov. 2024

passagem pela Casa foi bastante ativa, com passos importantes na luta por direitos e igualdade política.⁶

Em janeiro de 2003, renunciou novamente, quase ao fim do mandato, para assumir, nomeada pelo então presidente Lula, o comando da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com *status* de ministra. Ao trabalho no Executivo Federal seguiram-se seus últimos passos na política, na Câmara dos Deputados. Tornou-se suplente de deputado em 2006, e assumiu a titularidade do mandato três anos depois, em razão do falecimento do então titular. No ano seguinte, alcançou a suplência mais uma vez.

3 O capital simbólico e político: conversões e acúmulos

O capital político está entre os principais fatores favoráveis à entrada no campo político e na própria Câmara Alta. É inescapável, diante disso, recuperar conceitos como o de campo e de capital de Pierre Bourdieu. Bourdieu argumenta que os capitais simbólico e político são essenciais para o processo de legitimação no campo político e mecanismos de diferenciação interna para posições de maior ou menor centralidade.⁷ Embora Bourdieu defenda a autonomia dos campos, isto é, a capacidade de estabelecer os próprios critérios e regras de validação, como o capital específico que confere a legitimidade interna, e no que se assenta a força e a funcionalidade de cada campo, essa autonomia é relativa em sua grande parte. No contexto do campo político brasileiro, a inaplicabilidade de uma lógica de independência absoluta evidencia-se pelo fato de espécies de capitais concernentes a áreas diversas, como o familiar, o econômico e o midiático, serem constitutivos do capital político (Pinto; Silveira, 2018)

Diante da complexidade envolvida na estruturação de campos, devido a estas interações e interferências externas, e tomando a natureza multifacetada do capital político como referência para a análise desenvolvida neste artigo, este último é assumido aqui como o reconhecimento que determinado indivíduo detém da sociedade e dos próprios pares, derivado da confiança, da visibilidade e da legitimidade que possuem (Lima, 2018). Essa validação tem a ver com a rede de relações que a personalidade possui e é capaz de mobilizar para atingir

⁶ Além de ter sido vice-líder do partido no Senado Federal, coordenou a bancada federal gaúcha do PT e a bancada feminina do Congresso Nacional. Sobretudo, são de sua autoria projetos de valiosa contribuição, como os que deram origem à Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero e à instituição do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

⁷ O conceito de campo, bem como as noções de autonomia relativa, hierarquia interna e interações entre os tipos distintos de campos e capitais são empregados no âmbito deste trabalho conforme o pensamento do sociólogo Pierre Bourdieu (1989).

metas e feitos. Em outras palavras, o capital que legitima o ator político deriva da notoriedade e reconhecimento, tanto dentro, como fora do campo, e indica a capacidade para ser aceito e agir internamente (Lima, 2018; Miguel, 2003).

Conforme sugere Lima, a divisão dos perfis de carreira de mulheres quanto ao capital primitivo têm três categorias básicas: herdeiras, *outsiders* e militantes. Nestes dois últimos o capital político é consolidado a partir do capital simbólico e da popularidade e do reconhecimento já adquiridos em outras áreas (Lima, 2018). No caso de Fernandes, observa-se uma combinação incomum, com a conversão do capital simbólico adquirido pelo seu envolvimento no movimento sindicalista e militante, somado a outros tipos de capital, como o midiático, e a outras variáveis, como o mandato em cargo eletivo municipal e a assimilação do capital herdado (Pinto; Silveira, 2018).

Esses elementos permitem compreender a construção do capital político de Fernandes e a sua porta de entrada nas arenas de poder propriamente, e traz à tona uma de suas principais características individuais. Distinguindo-se do padrão de herança política familiar nas carreiras femininas, Emília herdou a legitimidade de Sérgio Zambiasi, por meio do seu apadrinhamento político e da sua influência nos meios de comunicação. Além de Zambiasi ser praticamente o maior expoente do PTB no Rio Grande do Sul, partido pelo qual Fernandes elegeu-se senadora, também detinha o título de maior audiência de rádio do estado, e foi o responsável por apresentar a candidata no Programa Eleitoral Gratuito (Pinto, 1994).

A baixa popularidade de Emília até então, dado que a parlamentar não era amplamente conhecida por grande parte dos eleitores, foi contornada pela influência de Zambiasi, desde o capital legado à ela, à exposição midiática intermediada por ele. Segundo uma pesquisa divulgada pelo jornal gaúcho Zero Hora, em um espaço de menos de 3 meses, Emília saiu do 9º lugar na disputa eleitoral para o Senado, com 3% das intenções de voto, para empatar em segundo lugar, com 19% na pesquisa de boca de urna (Pinto, 1994). Miguel (2003) afirma que o recurso aos canais de comunicação pode funcionar como um atalho na carreira, ao permitir que indivíduos com alta exposição nesses meios se atrevam a concorrer a cargos mais elevados comparativamente a candidatos sem a mesma exposição midiática e que tiveram um desenvolvimento “normal” da carreira política.

Levando em conta a baixa probabilidade de alguém sair da vereança, a base da carreira política, para assumir um mandato no Senado, posição mais elevada na hierarquia parlamentar, podemos considerar que a herança política de Fernandes, somada a uma campanha bem planejada e à frágil concorrência à cadeira na Câmara Alta (Pinto, 1994),

foram fatores determinantes na eleição de Emília ao Senado em 1994.⁸ Em função disso, passaremos à análise do que pode ser considerado a estratégia e os discursos adotados em sua propaganda política, que lhe permitiram traçar uma rota distinta das demais candidatas e obter sucesso eleitoral.

4 A propaganda política estratégica e seu discurso

A visibilidade midiática da candidata, tanto pela forma que foi anunciada nos principais canais de comunicação e veículos de propaganda, quanto pela imagem que procurou divulgar de si mesma, ancora as manobras eficientemente adotadas na campanha. Neste primeiro caso, trechos do material de campanha de Fernandes permitem constatar o modelo de discurso adotado por Zambiasi, preocupado em convencer o eleitorado da competência da candidata e do seu preparo para o cargo de senadora (Pinto, 1994). Veterano na política, o símbolo petebista e dono do maior número de votos no estado gaúcho, dominava os mecanismos e o reconhecimento cruciais para a vitória nas corridas eleitorais.

A apresentação feita pelo radialista procurou enfatizar o capital político e simbólico acumulados pela gaúcha, enaltecendo suas diversas qualidades. Como é possível perceber em peças de campanha da época, o material exalta tanto o lado profissional e político de Fernandes, fazendo menção à sua atuação como professora, vereadora e sindicalista, quanto o lado familiar e tradicional, destacando seus atributos de mãe, avó e esposa. Nesta linha, o recurso à identidade feminina foi uma característica marcante de sua campanha, tendo sido endossada tanto nas propagandas feitas por Zambiasi, quanto na mensagem eleitoral incorporada por Emília, que receberá maior atenção na seção que trata sobre sua retórica própria.

O apelo à condição de mulher, no entanto, apresenta um paradoxo. Se, por um lado, a identidade feminina pode ser um atributo usado para a invalidação desses sujeitos, por outro, pode funcionar como plataforma e tática de propulsão no campo político. Esse dilema seria explicado pela conversão da importância do papel social de mães e cuidadoras em um papel especial na política, que, deste modo, realoca a identidade feminina de desqualificação para estímulo usado na campanha, intervindo a favor da eleição de mulheres (Pinto, 1994). Sob

⁸ Mariana Llanos e Francisco Sánchez (2006) indicam haver maior probabilidade de mulheres serem eleitas quando há renovação de dois terços das vagas no Senado, e, também, quando o pleito é por vagas em que não há candidatura para reeleição. Seguindo essa prerrogativa e considerando que as eleições de 1995, em que Fernandes concorreu para o cargo de senadora, foi para a renovação de dois terços, podemos considerar como outro fator influente em sua eleição.

essa perspectiva, é possível perceber o domínio na articulação dessa identidade em benefício de sua carreira, em que, ao mesmo tempo que procurou destacá-la, articulou-a de modo discursivamente distinto (Pinto, 1994), sem se deixar limitar pelos padrões de gênero.

Determinantes em sua campanha e vitória eleitoral, assim como no desenvolvimento de sua carreira, as escolhas pessoais da candidata têm interação contrastante com as práticas institucionais e são por elas impactadas. Isso posto, a inusitada eleição de Emília para o Senado e a sua atividade e projeção na Casa podem ser mais bem compreendidas quando analisadas com base na história e no perfil da própria instituição. Para tanto, a próxima seção discute a estrutura e a organização internas do Senado.

5 O Senado Federal: origens e práticas institucionais

Com raízes no Império Romano, o Senado, em sua origem latina, advém da palavra “sênior”, o mais velho. Considerado uma entidade da mais alta importância, a designação de Conselho Supremo e perpétuo e de assembleia dos patrícios são símbolos da sua ligação com a elite de Roma, estabelecida desde o seu surgimento (Nogueira, 2011). A fundação da instituição no Primeiro Reinado não apresentou diferenças significativas: desde os primórdios, o Senado do Brasil Imperial também serviu aos interesses da elite e da Coroa, com base na Constituição de 1824. Desde a sua instauração, o teve protagonismo político no país, e estabeleceu-se de forma bastante autônoma na definição de seus procedimentos e regras.

Além de possuir amplas prerrogativas, neste espaço de tempo, a Câmara Alta se mostrou adaptável às diversas conjunturas e sensível aos interesses dos detentores do poder, de modo que sua própria composição era formada, inicialmente, por membros vitalícios e a escolha de um terço deles cabia ao imperador. A ocupação dos cargos era decidida com base na troca de apoio e satisfação mútua de interesse entre a monarquia e os membros da sociedade com prerrogativas suficientes para assumir o posto de senador (Lima, 2018). Em vista disso, fez-se destacar um modo de operar marcado por relações “clientelistas” durante boa parte do tempo. Adequando-se às mudanças culturais e demandas sociais e políticas, a vitaliciedade do cargo, perdida na Proclamação da República, foi substituída por um mandato de longa duração, estabelecido na história recente com o dobro do tempo do mandato da Câmara dos Deputados - 8 e 4 anos respectivamente.

O poder decisório do monarca na definição de quem realizaria o ofício, junto à preponderância dos cargos da Câmara Alta em relação à Câmara Baixa, a título de exemplo, demonstram a alta posição ocupada por essa Casa na estrutura política do país, assim como o *status* necessário para assumir o cargo e a notoriedade conferida a quem o ocupava (Nogueira, 2011). Em decorrência, a importância e prestígio do Senado e dos seus representantes se manifestam, entre outras formas, no perfil político de seus membros, que perpassa aspectos que vão do processo de recrutamento dos parlamentares à organização e às atividades internas, onde impera a estabilidade e a manutenção do *status quo*.

O difícil acesso dos candidatos encontra justificativa no modo conservador e na alta exigência e rigidez na composição e recrutamento de seus integrantes, que estende-se desde o perfil de carreira requerido até os constrangimentos institucionais. Isso quer dizer que, além de aspectos biográficos e sociodemográficos, importam outros fatores como o número bem mais restrito de cadeiras, a faixa etária mais elevada, tanto em relação à idade mínima para elegibilidade quanto à média de idade dos parlamentares, o sistema eleitoral específico, as renovações parciais e os mandatos maiores (Llanos; Sánchez, 2006).⁹

Todos esses requisitos contribuem para que o quadro da Casa seja composto pela elite política do país. Assim, o Senado é a Casa legislativa cujo acesso é o mais difícil e constitui o ápice da carreira política do eleito. Com base neste perfil de entrada e de atuação bastante específico, os eleitos apresentam, em sua grande maioria, trajetórias mais extensas e consolidadas no campo, com acúmulo de experiência e passagem por cargos e instituições nas diversas esferas do Poder (Lima, 2018).

Se, por um lado, estes padrões se baseiam em uma análise sem recorte de gênero, por outro, o prestígio social e os atributos necessários para tornar-se senador fundiram-se ao patriarcalismo político e social arraigado, e converteram-se em fator de marginalização e invalidação da mulher no âmbito da instituição. O domínio masculino na Casa reflete a prevalência masculina na política, o que torna a identidade feminina uma condição desfavorável à presença neste espaço de poder. Dessa forma, o histórico domínio masculino constitui uma das muitas variáveis determinantes no ingresso e atuação na Casa, e pode ser notado nos números apresentados por Lima (2018), que indicam uma proporção de 8 mulheres para 74 homens em exercício em cada legislatura no Senado. Se compararmos com os dados fornecidos pela última edição da publicação *Senadoras: dados biográficos*

⁹ O sistema eleitoral adotado pelo Senado Federal é o majoritário, que considera a maioria absoluta ou simples dos votos para a eleição de um candidato; diferente do sistema proporcional adotado pela Câmara Baixa, que considera, além dos votos recebidos pelos candidatos, os votos do partido.

1979-2024, nos últimos 45 anos de atividade da instituição, 75 mulheres assumiram cadeira no Senado, o que seria equivalente ao número de homens de uma única legislatura.

Excetuando o exercício da Princesa Isabel, senadora por direito dinástico, Eunice Michiles foi a primeira senadora do país, eleita suplente no pleito de 1978 para a 46ª legislatura, e ascendeu ao primeiro posto no ano seguinte, com a morte do titular. A despeito disso, depois de aberta a precedência, as primeiras senadoras titulares foram eleitas somente na 49ª legislatura, em 1991, mais de 160 anos depois da fundação da Câmara Alta. Este breve histórico revela o peso da eleição de Fernandes em 1994, quando ela foi uma das quatro eleitas de um total de doze candidatas ao Senado. A simbologia de sua vitória é acentuada ao considerarmos que, até este ano, nenhuma mulher havia sido eleita para a Câmara dos Deputados - considerada a porta de entrada para o legislativo federal - pelo Rio Grande do Sul. Fernandes conquistou a primeira cadeira feminina gaúcha no Senado, junto com as primeiras cadeiras femininas conquistadas pelo mesmo estado na Câmara Federal, com os nomes de Esther Grossi e Yeda Crusius.

Diante da história da instituição e estabelecido o histórico de composição de seu quadro político, as próximas seções traçam os principais padrões de perfil de carreira que vigoram na eleição dos membros do Senado, aportando os fundamentos necessários para analisar em relação a quais termos se deram os desvios na trajetória de Emília, a fim de iluminar a projeção de Fernandes no Congresso.

6 Os perfis de carreira e os padrões institucionais

Ao analisar as carreiras políticas femininas no Senado entre a 49ª e a 55ª legislaturas (1991-2018), Lima (2018) indica um perfil das parlamentares e o padrão de recrutamento que foi historicamente instituído, com o gênero como dado central. Com um método de análise prosopográfico, desenha, no decorrer da pesquisa, um quadro de variáveis e fatores, entre eles, demarcadores sociodemográficos e tipos e acúmulos de capitais, que configuram os perfis políticos válidos para a entrada e atividade na instituição.

O aspecto inicial a ser considerado refere-se à porta de entrada na política, e divide as mulheres em três grupos distintos de senadoras, segundo o tipo de carreira e de capital consolidado que precede o ingresso na Casa: as herdeiras políticas, para as quais há o impacto dos laços familiares e matrimoniais, as militantes, representado por aquelas que possuem,

normalmente, carreiras mais desenvolvidas, e as *outsiders*, composto pelo grupo que converteu o reconhecimento que possuíam em outra área em capital político.

Apesar da variável da faixa etária não ser determinada pelo gênero, a estipulação de membros com idades mais elevadas, com uma média de 50 a 59 anos, torna-se mais aguda nos casos das parlamentares femininas, tendo em vista que a dicotomia público e privado implica uma dupla jornada para as mulheres, consumindo-lhe tempo e postergando seus passos na política (Lima, 2018). Também há que se considerar a variável ideológico-partidária, sobre a qual Lima (2018) lança uma hipótese que se confirma no decorrer de sua pesquisa: os partidos de esquerda, compostos, em sua maioria, por parlamentares militantes, têm número bem mais expressivo de eleições femininas, sendo praticamente o dobro da quantidade dos partidos de direita, que reúne parlamentares herdeiras e *outsiders*.¹⁰

Já em relação às funções desempenhadas antes de serem eleitas ao Senado, no dentro do campo político, o padrão é de parlamentares que tenham ocupado cargos públicos considerados preliminares.¹¹ A passagem por secretarias e ministérios, continuada pelos cargos de deputada estadual e federal são, normalmente, nesta ordem, o caminho mais recorrente e de mais fácil ascensão e acesso à instituição (Lima, 2018). Miguel (2003), em estudo sobre a carreira eleitoral e variáveis na rota de ingresso ao Congresso Nacional, corrobora a análise feita por Lima (2018) ao afirmar que o ingresso no Senado, assim como o modelo de desenvolvimento de carreiras políticas no Brasil, pressupõem a existência de uma escala de importância de cargos a serem previamente ocupados. Ele defende a combinação de postos no Executivo e Legislativo, nas diversas esferas do poder - local, estadual e federal.¹² Miguel também aponta a Câmara dos Deputados como crucial na transição da política local para a nacional, constituindo-se, ela própria, em termos institucionais, como a porta de entrada no Poder Legislativo no plano federal.

Neste estudo ficou constatado que a carreira política no país, além de combinar o exercício em diversas esferas e âmbitos do poder, obedece a uma hierarquia. Na estrutura

¹⁰ Fernandes elegeu-se pelo PTB, partido de direita, que ocupa a 4ª/5ª colocação no ranking de eleições por partido, representando apenas 7,7% do total de mulheres que entram no Senado (Lima, 2018)

¹¹ É interessante ressaltar a variável do nível de profissionalização, que segue a mesma lógica da faixa etária, e é acentuado para as mulheres. Pinto (1994) aponta essa questão da profissionalização como traço marcante até mesmo nas propagandas eleitorais. Em seu estudo sobre as eleições de 1994 com foco no Rio Grande do Sul, ela observou a recorrência de panfletos de candidaturas femininas completamente tomados por feitos e atividades da vida profissional, que, segundo argumenta, poderiam ser identificados como uma tentativa de contornar a condição de mulher.

¹² Enquanto no primeiro se alcançaria maior notoriedade, devido ao caráter único de cada cargo, no segundo, haveria o que Miguel (2003) chama de socialização da elite política.

indicada por Miguel (2003), o cargo de vereador seria o nível mais baixo, e é comumente seguido por cargos no legislativo estadual ou no executivo, como o de deputado e o de prefeito. Segundo dados apresentados por Lemos e Ranincheski (2003), entre os anos 1987 e 1999, os ex-vereadores representaram apenas 3% do quadro do Senado, contra o dobro na Câmara. Analisando com mais detalhes os indicadores da composição daquela Casa no período referido, confirma-se o padrão de parlamentares com passagem em postos legislativos anteriores, representando um total de 70%. Dessa porcentagem, mais de 50% contou com passagem na esfera legislativa federal antes de compor a senadoria, e mais de 40% contou com passagem pelo Executivo, em cargos eletivos ou não. Nesse cenário, a ambição a postos mais elevados e prestigiados partiria, normalmente, da análise da situação e do potencial do candidato, exigindo decisões estratégicas para a condução da carreira durante as disputas eleitorais (Miguel, 2003).

7 As intercessões: a trajetória de Emília e a normatividade do Senado

Conforme já comentado, a excepcionalidade de Fernandes esteve ancorada desde a associação partidária à composição do seu capital político. Lima (2018) observa que Emília Fernandes, junto de Simone Tebet e Roseana Sarney, foram as únicas herdeiras a não se elegerem para a Câmara Alta por influência do marido, condição da maioria das parlamentares eleitas. Em contrapartida, a gaúcha se distingue de Tebet e Sarney por não ter recebido a legitimidade e influência política do pai. Apesar da tendência da herança política por laços familiares ou matrimoniais, observada mais fortemente nas carreiras femininas, Emília Fernandes constituiu um caso raro de legitimidade herdada devido à influência de seu apadrinhamento político, como já aludido.¹³

Ela também se distingue por não ter passado por cargos preliminares ao eleger-se para o Senado. Enquanto os estudos indicam um percentual de 5,1% de senadoras eleitas sem ocupação de cargos antecedentes nas diversas esferas do poder (Lima, 2018), Fernandes traçou um progresso exponencial saindo da vereança, a base da hierarquia política, para assumir como senadora, localizado no topo dessa estrutura. A porcentagem inexpressiva de ocorrência de uma projeção desta envergadura é demonstração evidente de uma boa estratégia na condução da carreira, com uma análise acurada dos predicados da parlamentar que foram taticamente convertidos em seu diferencial competitivo, como defendido por Miguel (2003).

¹³ Ainda que se apresente como uma herdeira incomum devido à origem da herança por apadrinhamento político, é importante destacar que todas elas se assemelham quanto à influência decorrente de uma figura masculina.

Como afirmam Miguel e Biroli (2010), os caminhos tomados pelas mulheres para conquistarem espaço e influência política são atravessados por um dilema: ou enfrentam os estereótipos e se colocam discursivamente fora dos padrões estabelecidos - não só de áreas e temáticas específicas de atuação, mas também quanto à postura política esperada delas -, admitindo os riscos e ônus dessa subversão, ou os assumem, corroborando para a manutenção do *status quo*, que as mantém em um papel secundário e subalternizado na política. Os autores argumentam que há um padrão de comportamento a ser seguido pelas mulheres ao atuarem politicamente, sendo ele o de figuras políticas conciliadoras e permissivas; e o não cumprimento dessa normatividade, a princípio, impõe ônus simbólicos a elas, como dificuldade em ter sua identidade pública, seus discursos e sua autoridade legitimados.

Esta análise revela que a disparidade representativa entre homens e mulheres no âmbito institucional vai além do acesso das parlamentares ao campo político com a conquista de uma posição no parlamento, sendo possível observá-la, também, no acesso de figuras femininas a posições de maior importância e destaque, que, *a priori*, só seriam alcançadas ao atuarem de acordo com os padrões de comportamento legitimados e pela própria ampliação do capital político. Uma vez atingidos os postos de maior influência, suas atuações já não são consideradas marginais e simbólicas e denotam, por outro lado, capacidade de articulação e de agência sobre a estrutura institucional na qual estão inseridas (Miguel; Biroli, 2010).

Os problemas relativos à atuação política fazem parte da conduta política convencional, classificando espaços políticos e determinadas pautas como exclusivos de cada gênero. Dessa forma, as mulheres são caracteristicamente associadas às “áreas de cuidado”, como saúde, educação, direitos e assistência social, enquanto temas como defesa, economia e política externa são categoricamente de responsabilidade e interesse dos homens, como um desdobramento da lógica de gênero que estabelece funções e capacidades da esfera privada como inerentes às construções culturais acerca do feminino, e questões da vida pública e política como associadas à capacidade natural masculina. Essas especificações influenciam diretamente as atuações e culminam em trajetórias políticas bastante distintas (Miguel; Biroli, 2010; Lima, 2018). Esses elementos nos levam a considerar que as parlamentares que atuam fora desses espaços predeterminados, constituem, por si só, uma dupla exceção, tanto em relação à inserção política, quanto à área de atuação.

Em vista disso, destaca-se outra peculiaridade do desempenho parlamentar de Fernandes, também sobre seu sucesso e pioneirismo, mas, neste caso, internos à instituição: para além do posto histórico de primeira senadora do Rio Grande do Sul, a gaúcha também abriu a precedência como mulher presidente de Comissão Permanente no Senado Federal,

ocasião em que assumiu também como a primeira da ala feminina na presidência da Comissão Permanente de Serviços de Infraestrutura (CI), que trata sobre matérias pertinentes a transportes, obras públicas, recursos e serviços de telecomunicação.¹⁴ Tendo transitado por um espectro variado de assuntos - saúde, segurança, educação, relações externas, direitos etc. -, a precedência em funções e áreas tradicional e eminentemente masculinas, junto à análise de seu perfil político em comparação ao quadro das variáveis comuns às trajetórias femininas apresentado por Lima (2018), fornecem elementos suficientes para considerar Emília como uma das poucas mulheres que não se mantiveram dentro dos critérios da divisão sexual do trabalho parlamentar no Congresso Nacional.

Uma vez que estes parâmetros de ingresso no Congresso, assim como a normatividade da instituição, indicam tendências, e, não, regras, isso dá margem às transgressões de Fernandes, pela combinação incomum de fatores que permitiu à gaúcha contornar restrições. Em vista disso, podemos sustentar que os desvios aos padrões e o êxito no acesso a espaços de poder e decisão, para além dos aspectos formais e das condições contextuais, resultaram, também, de suas próprias perspectivas e agência. Isso traz à tona a tese que orienta esta análise de que seu crescimento político exponencial, a transposição de obstáculos e a ruptura com os paradigmas institucionais, foram permeados por uma retórica e linha de ação exitosas empregadas por Fernandes.

A estratégia bem-sucedida por trás da condução de sua carreira política manifestou-se pela forma discursivamente distinta de se inserir e atuar no Senado Federal, que a levaram à vitória eleitoral, mas também, a posições centrais e de maior destaque. Desse modo, a próxima seção explora a atuação de Fernandes como parlamentar.

8 A identidade feminina: expressões e perspectivas

A retórica e as estratégias adotadas por mulheres no campo político passam ou pela afirmação ou pela negação da identidade feminina. Quer a assumam, quer não, as mulheres adentram o campo político como portadoras dessa identidade, e apenas reconstroem essa sua condição de mulher na interação e intersecção entre o público e o privado (Pinto, 2010). Isto nos leva a um paradoxo que configura as possibilidades de presença destes sujeitos no campo:

¹⁴ BRASIL. Senado Federal. Comissões permanentes têm atribuições definidas pelo Regimento. **Jornal do Senado**. Brasília, p. 4, ano 5, n. 821, 24 fev. 1999. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/497806>. Acesso em: 25 nov. 2024.

a impossibilidade de excluir absolutamente a própria condição de mulher, manifestando-se essa identidade seja pela identificação seja pela renúncia dela mesma. Em outras palavras, para além do feminismo como ideologia ou estratégia, a imagem política de mulheres sempre incorpora a identidade feminina culturalmente determinada.

Conforme indicado por Pinto (2010, 2014), Anne Phillips, ao tratar das diferenças entre política de presença e política de ideia, ainda que em discussão adjacente ao centro desta pesquisa, propõe uma tese útil a esta análise: a de que há mulheres que chegam ao centro do poder e a posições destacadas sem colocarem sua condição de mulher como dado essencial de sua presença no campo. Por outro lado, se nos recordamos do que sustenta a filósofa estadunidense Judith Butler (2018), há aquelas que independente de se identificarem como mulheres, de externalizarem essa identidade, agem segundo uma perspectiva feminina que postula a condição de mulher.

Com base na literatura a respeito da mulher na política, podemos levantar duas conclusões: primeiro, a constatação da ambivalência da identidade feminina na política e, segundo, as suas múltiplas formas de manifestação. No primeiro caso, o que fica destacado é o fato de que, ao mesmo tempo em que a condição de mulher evoca uma série de limitações e invalidações, a partir de uma lógica de incapacidade natural, tem-se, nela, ferramenta poderosa de inserção e projeção política utilizada por estes sujeitos. Sustento que não se trata de negar a identidade, ou de assumi-la integralmente, mas de reformulá-la e de a inserir de forma articulada, reconhecendo que tudo passa pela condição básica de *ser* mulher. Já no segundo caso, a relevância está na retórica adotada a partir das formas distintas de expressão da identidade feminina, desde a simples condição de mulher à imagem social e conservadora de mães e esposas e aos aspectos visuais simbólicos, por exemplo (Pinto, 1994).

Partindo do pressuposto de que uma expressão não subverte outra, meu argumento é no sentido de que Emília Fernandes combinou todas essas expressões, e consolidou uma retórica particular quando comparada com outras parlamentares. Sem generalizar o funcionamento do Legislativo supondo haver uma mesma lógica de organização na Câmara Alta e na Baixa, resgato, para fins comparativos sobre os usos e expressões da identidade feminina, os exemplos emblemáticos de Suely de Oliveira, Esther Grossi e Yeda Crusius, eleitas as primeiras deputadas estadual e federais, respectivamente, também pelo Rio Grande do Sul.¹⁵ No que pese as particularidades das três parlamentares, um dos únicos pontos de

¹⁵ Importante considerar que há especificidades do contexto histórico, social e político que envolveram as eleições das parlamentares analisadas, e que são fatores significativos no desenvolvimento de cada uma das carreiras. A despeito do interregno de 45 anos entre a eleição de Suely de Oliveira, eleita em 1950, e de Emília Fernandes, Esther Grossi e Yeda Crusius, eleitas em 1995, a comparação de casos tem o intuito apenas de

contato entre elas consistiu na própria condição de mulher. Essa afinidade, entretanto, culminou em trajetórias bastante diferentes, porque partiram de perspectivas e expressões da identidade feminina igualmente distintas.

Eleita a primeira deputada estadual do Rio Grande do Sul em 1950, Suely Gomes de Oliveira, dentre tantas características marcantes de sua trajetória política, enfatizava o discurso de ser uma mulher tradicional. Vanguardista como suas pares conterrâneas de que falamos, Suely de Oliveira exerceu sua atividade na arena impetuosamente e teve como foco de atuação o funcionalismo público, sem se dedicar à luta pelos direitos do seu segmento. O que nos interessa dessa personalidade, assim como das demais, é o sentido dado à sua condição de mulher e como isso se expressou em sua carreira. Ainda que tenham sido poucas as vezes que se referiu a este atributo seu, Suely de Oliveira foi um exemplo de uma parlamentar apegada à visão conservadora expressa no papel social da mulher, isto é, considerava essa função como precedente e predominante quanto ao seu exercício político, colocando-o como secundário às suas tarefas domésticas e à sua vida marital. É o que fica destacado neste trecho em resposta aos estranhamentos que gerava: “O fato de ser deputada não me tira a condição prioritária de dona de casa” (Pinto, 2014, p. 574).

Por sua vez, Esther Grossi, ainda que tenha seguido a lógica proposta por Pinto (1994) de destacar a atuação profissional na Educação e a ocupação de cargos políticos anteriores como secretária estadual desta pasta, em sua campanha política, também deu ênfase às características estéticas femininas. Reconhecida e lembrada, em primeiro lugar, por suas roupas, cabelos e adereços extravagantes, o exagero de Grossi nos aspectos simbólicos e visuais da feminilidade, levou-a a uma candidatura sexualizada. Não obstante, é curioso notar que isso não se refletiu na sua propaganda política, pois sua pauta se concentrou na educação, sem colocar em questão sua condição de mulher ou dedicar-se à defesa dos direitos e à luta feminista.

De forma alternativa, Yeda Crusius também recorreu à atuação profissional como economista e professora universitária, e à ocupação de cargos públicos anteriores, na qualidade de ministra do Planejamento, combinando-as com as principais preocupações da luta feminista para construir sua campanha política. Com certa semelhança entre as peças de sua propaganda eleitoral e as dos candidatos homens, Crusius incorporou a identidade feminina ao dedicar atenção às questões em torno dos direitos das mulheres e no reconhecimento da importância do tema, sendo esse um dos principais traços de sua plataforma (Pinto, 1994). Em

analisar retóricas distintas a partir de cada uma das formas de expressão da identidade feminina que propomos aqui; calhando de serem todas pioneiras na política pelo mesmo estado.

relação a este quesito, pode-se dizer que sua estratégia se baseou em utilizar-se da própria identidade e das pautas a ela vinculadas para estabelecer identificação com os eleitores, tática eficaz para projeção na política.

De forma peculiar, Emília articulou estas três perspectivas, sem que uma se sobrepujasse à outra. Deste modo, como é possível perceber em muitos de seus discursos, as qualidades de mãe, esposa e avó, associadas à defesa de pautas feministas, sem descuidar do lado estético da feminilidade, seja por estratégia ou pelas próprias convicções ideológicas, foram utilizadas na configuração que fez de sua própria imagem. Sempre retomando a identidade feminina, o reforço intencional à imagem tradicional e conservadora, assim como a valorização da sua condição de mulher, podem ser notados nas frequentes referências que fez às suas origens e às motivações que encontrou na família. Esse discurso fica destacado na forma que a candidata se apresenta em sua primeira entrevista:

O meu desejo é que me conheçam e entendam a minha proposta como a primeira e única candidata ao Senado na história do Rio Grande do Sul. Nasci em Dom Pedrito, logo me mudei para Santana do Livramento onde cresci na companhia de meus pais e irmãos. Lá me formei professora, me casei, tive dois filhos e dois netos. Minha família é minha motivação e razão de viver. Tenho uma história de lutas nos movimentos sociais e sindicais. Quero expor minhas ideias e abrir meu coração para vocês (Pinto, 1994, p. 303, grifo nosso).

Ainda que sua estratégia política tenha se ancorado na sua condição de mulher, ao destacar este atributo, Emília se inseriu na política como uma candidata e parlamentar feminina sob uma retórica original. Como falava de si mesma? Que imagem procurou construir para lhe representar?

9 A retórica de Emília

Apesar de não reiterar e não se limitar às restrições instituídas pelos padrões culturais de gênero, quando comparamos Fernandes a Suely de Oliveira, observamos como traço em comum o fato de não renunciarem à identidade social de mães e esposas. Outra convergência entre ambas se destaca no fato de Suely não ter restringido seu diferencial político à sua identidade feminina, assumindo-a, dentro da arena, apenas para evidenciar a excepcionalidade em razão de ser a primeira mulher no parlamento gaúcho (Pinto, 2014). Assim como percebemos no trecho da primeira entrevista de Emília logo acima, que esta identidade não é o ponto central do discurso, também isso fica evidenciado na fala de Suely, em sua primeira posse:

A minha presença nesta Casa — *a primeira mulher que nela toma assento em toda a história política do Rio Grande como parte do Legislativo* — devo, sem dúvida, a aprovação do eleitorado gaúcho a um dos mais democráticos princípios da Constituição — a igualdade de direitos políticos atribuída a ambos sexos. É desnecessário justificar as razões desse dispositivo a que se opõem, atualmente, apenas os indivíduos manifestamente reacionários, cuja existência é preferível ignorar. Vem pois, nobres e ilustres representantes do povo, a mulher rio-grandense, por meu intermédio, trazer-lhes a sua cooperação, o seu civismo, o seu entusiasmo e a sua dedicação à solução dos problemas sociais, econômicos e políticos do Rio Grande (Pinto, 2014, p. 580, grifo nosso).

Em contraste, Fernandes, por mais que tenha sido sempre elogiada pela sua imagem visual, se diferenciou de Grossi ao se preocupar em não reverberar a caricatura em torno da estética feminina; ao passo que assemelhou-se de Crusius por também invocar direitos femininos, contrastando ao se envolver de fato na luta feminista, para além de um simples ideário político. A partir dessas proximidades e divergências, é justo afirmar que Fernandes encara sua identidade feminina como um método discursivo, usando a condição de mulher como plataforma, e, nestes termos, pode-se concluir que a retórica assumida por ela foi carregada de intencionalidade e engendrada pela associação habilidosa da identidade de mulher tradicional com seu histórico de militante e de política engajada e defensora das causas e dos direitos da sua categoria. A este respeito, Pinto (1994, p. 304) propõe:

Parece razoável ser esta uma das explicações para a sua surpreendente votação no Estado, principalmente no conservador interior: uma mulher que não abriu mão do que a sociedade em sua face mais tradicional espera de uma mulher e mesmo assim tornou-se uma política.

Isso posto, o contato com as perspectivas pessoais da senadora por trás da construção de sua retórica permite avaliar as escolhas das vias tomadas, responsáveis por levá-la a um modo particular de ação e avanço no meio político, e que lhe permitiram os resultados surpreendentes. Quando questionada sobre se considerava que sofria discriminação pelo fato de ser mulher, Fernandes afirmou que a discriminação está presente em todos os espaços e instâncias nos mais variados graus, sendo, segundo ela afirma, velada ou, mesmo, explícita e institucionalizada.¹⁶

Em entrevista concedida ao jornal *O Globo*, ao ser indagada sobre a existência de invalidações de gênero no Congresso, a gaúcha reforçou o preconceito sobre a mulher como um eixo estrutural da sociedade e, mais expressivamente, do campo político; mas ao que já se

¹⁶ GALLUCCI, Mariângela. Ministra quer mais delegacias para a mulher. *O Estado de São Paulo*, Brasília, p. 9, 06 jan. 2003.

impunha uma promissora contra-investida das parlamentares.¹⁷ Nesta mesma entrevista, Emília dá indícios do modelo de ação que entende ser necessário para ir além da presença feminina simbólica e conquistar espaço de poder e influência, superando as dificuldades e barreiras impostas:

Nós, mulheres, já conquistamos espaço de trabalho nos partidos e em diversos setores da política e do mercado de trabalho, mas precisamos conquistar, de fato, espaços importantes de poder nos partidos, no Congresso e no Executivo. *Precisamos diversificar a nossa atuação parlamentar, por exemplo. Não podemos nos limitar a determinadas áreas, ficando só na questão social. É preciso discutir economia, privatizações e outros temas* (O Globo, 8 fev. 1998, grifos nossos).

É claro que a senadora via tanto a si mesma quanto às suas semelhantes prontas para assumirem posições cada vez mais importantes e aptas a desenvolverem atividades que fugissem aos limites das relações de gênero. Isso fica evidente na redução quantitativa observada na bancada feminina da 50ª para a 51ª legislatura, que foi compensada por um ganho de poder das parlamentares ao conquistarem mais postos de comando, desde lideranças dos partidos à presidência em comissões técnicas. Uma vez nessas posições, as mulheres trouxeram os traços simbólicos e culturalmente associados ao feminino, ao mesmo tempo em que procuraram deixar a sua marca pessoal, demonstrando competência e desempenho acima das expectativas.

Na perspectiva de Fernandes, a experiência acumulada das parlamentares, combinada com a facilidade em articular convergências e administrar divergências e o carisma, seriam duplamente proveitosos, seja para melhor aproveitamento de discussões e decisões legislativas, seja para a conquista de poder e de espaço para as mulheres na política. Lançando mão das capacidades que considera inerentes às mulheres, e convertendo essas prerrogativas femininas em vantagem política, ela destaca em seu último discurso: “Primei pela capacidade do diálogo, pela articulação e capacidade de convencimento”.¹⁸

10 A postura política e a projeção interna

Sob o título “O poder de saias - deputadas ainda se ocupam com ‘coisas de mulher’”, em edição de dezembro de 1995, o jornal Folha de São Paulo trouxe o debate sobre a divisão de temas na política entre homens e mulheres de que fala Emília, dando profundidade à

¹⁷ As mulheres querem e podem chegar ao poder. *O Globo*, São Paulo, 8 fev. 1998.

¹⁸ BRASIL, Senado Federal. *Diário do Senado Federal*, pp. 26.155-26.164, ano 57, n. 154, 17 dez. 2002. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/1306?sequencia=69>. Acesso em: 11 dez. 2024

questão ao apresentar a importante dicotomia entre o que seria preferência das mulheres e o que lhes seria imposto no âmbito da Câmara dos Deputados, mas observáveis na política como um todo.¹⁹ Ao conceder entrevista aos repórteres da Folha, as palavras da gaúcha se voltam para o argumento de que a mudança de situação da ala feminina na política e a suplantação das práticas institucionais limitadoras deveriam ser ativadas pelas próprias candidatas e parlamentares.²⁰ Isso nos leva a considerar que essa abordagem foi um fator crucial para que tenha conseguido superar as barreiras tacitamente estabelecidas, especialmente, quanto às áreas de atuação estipuladas para cada gênero. Tal manifestação tornou clara a postura adotada pela gaúcha que a levou à presidência da Comissão Permanente de Serviços de Infraestrutura.

No caso de Emília, a projeção que conquistou no Senado, alcançando posições de destaque e poder de influência nas decisões, em que se observa a predominância de perfis masculinos, foi concretizada pela rejeição à visão dominante que considera as mulheres inaptas para determinadas áreas e funções, levada a cabo pelo uso de uma discursividade distinta da identidade feminina. Ao assumir o posto de comando da CI, Fernandes desafia os limites convencionais, tornando-se a primeira mulher a ocupar esta posição. A gaúcha apostou na insubordinação à normatividade institucional ao optar pela diversificação que ela mesmo sustenta na entrevista ao jornal *O Globo*.²¹

Indicada pela líder do Bloco Oposição, Marina Silva (PT-AC), para a liderança da Comissão Permanente de Serviços de Infraestrutura, a nomeação de Fernandes para o cargo de presidente foi anunciada pelo Jornal do Senado, mídia interna da Casa, em 12 de março de 1999. Surpreendentemente, constata-se que a nova composição da Comissão a partir de então passou a contar com apenas duas mulheres de um total de vinte e três membros, sendo elas a gaúcha e a ex-senadora Marluce Pinto - destacada figura política nas atividades legislativas do período.²² Ao mesmo tempo, nas escolhas das lideranças das demais comissões ocorridas na mesma semana, os homens dominaram e as mulheres chegaram, no máximo, ao posto de vice-presidente. Isso traz destaque ao fato de que além de assumir a presidência como a

¹⁹ PINTO, Paulo; WOLTERS, Gabriela. O poder de saias: deputadas ainda se ocupam mais com 'coisas de mulher', elas privilegiam área social e deixam segurança e economia para os homens. **Folha de São Paulo**, Brasília, 17 dez. 1995, p.1

²⁰ BRASIL. Senado Federal. Congresso dedica sessão solene às mulheres: para senadoras presença na política é fundamental. **Jornal do Senado**. Brasília, p.8, ano 6, n. 1053. 16 mar. 2000. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/498038>. Acesso em: 25 nov. 2024.

²¹ As mulheres querem e podem chegar ao poder. **O Globo**, São Paulo, 8 fev. 1998.

²² BRASIL. Senado Federal. Emília dirige Infra-estrutura. **Jornal do Senado**. Brasília, p. 7, ano 5, n. 833, 12 mar. 1999. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/497818>. Acesso em: 25 nov. 2024.

primeira mulher, Emília passou a coordenar e liderar uma comissão com um quadro de membros majoritariamente masculino.²³

A potência de Fernandes fica ainda mais evidente ao observar que seu nome aparece na composição das bancadas de outras Comissões Permanentes da Casa, como a de Assuntos Sociais (CAS), para a qual foi cogitada para a presidência antes de ser indicada para a CI, e a de Educação (CE). É razoável assumir que a sua credibilidade e muito do êxito de Fernandes em assumir a presidência da comissão teve a ver com a capacidade que demonstrou no desempenho parlamentar. As atividades no plenário e no âmbito do Congresso Nacional como um todo, empreendidas energicamente, foram sentidas também em seu exercício como presidente.

A sua habilidade na discussão de temas de interesse nacional, como a educação e a economia, com expressivos números de proposições e participações em comissões temporárias (CTs), comissões permanentes (CPs) e comissões parlamentares de inquérito (CPIs), assim como seu alto engajamento na defesa e luta pelos direitos das mulheres e pelo reconhecimento desse segmento de parlamentares, à frente da bancada feminina no Congresso, foram complementados por uma liderança inédita nos assuntos de infraestrutura. Em matéria de março de 1999, mês da indicação de Emília para a presidência, fica evidente a forma que sua nomeação foi percebida e as expectativas quanto à sua liderança à frente da CI:

Como as deputadas, as senadoras também estão ocupando postos de comando, candidata a governadora do Rio Grande do Sul, a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) assumiu esta semana a presidência da Comissão de Infra-estrutura do Senado. *Disposta a agitar a comissão, que parecia sem importância, na semana passada ela provocou um certo rebuliço.* Convocou o ministro de Minas e Energia... para irem à comissão dar explicações... (O Globo, 21 mar. 1999, p. 5, grifo nosso).

Diante disso e considerando o dilema apresentado por Miguel e Biroli (2010), elemento-chave para interpretar os aspectos das trajetórias de mulheres na política e seus efeitos, pode-se afirmar que Emília Fernandes representa uma dupla subversão ao não adotar os comportamentos legitimados. Sem se limitar às temáticas consideradas femininas e sem assumir a postura culturalmente imposta, adentrou os espaços de decisões masculinas, estendendo-se a inadequação de sua figura política à tese indicada ao fato de Fernandes não ter sofrido com os ônus simbólicos desses desvios, de que estes autores falam. Consolidando-se como uma parlamentar de expressão e articulada, na verdade, nota-se reconhecimento e prestígio de seu exercício parlamentar e enquanto presidente da Comissão

²³ É digno de nota que entre os 20 parlamentares que assumiram a presidência da CI, apenas duas foram mulheres: Emília Fernandes (1999-2001) e Lúcia Vânia (2011-2013).

Permanente de Infraestrutura, em vez de constrangimentos e restrições que resultariam dessas subversões de padrões.

11 O desempenho parlamentar e as repercussões

Como primeira senadora pelo Rio Grande do Sul, estado com rigorosa tradição política, marcada pela cultura do machismo e, como primeira mulher a assumir a presidência da Comissão de Infraestrutura, que, nas divisões entre áreas de atuação e gênero, faz parte do conjunto de assuntos debatidos e decididos pelos políticos homens, a relação de Emília com o Senado foram contrastantes. Assim como seus êxitos políticos não se deram *apesar* da sua identidade feminina, mas, sim, deveram-se, em grande parte, a ela, como tem se explicado aqui, sua trajetória e, especialmente, sua atividade parlamentar foi julgada sempre em consideração à sua condição de mulher. É imbuída dessa consciência que a senadora Marina Silva (PT-AC) afirma na 149ª Sessão Deliberativa Ordinária, que encerra o mandato de Fernandes na Casa:

[...] V. Ex^a sabe, não somos cobradas como os homens, por serem competentes ou incompetentes, mas somos cobradas por sermos mulheres. Se erramos, erramos porque somos mulheres. Esse peso já está diminuindo. Tenho certeza de que V. Ex^a ajudou muito a carregá-lo e a diminuí-lo (Diário do Senado Federal, 17 dez. 2002, p.26.158).

Considerando que os balanços da atuação das parlamentares passam, inevitavelmente, pelo crivo do gênero, colocando o feminino como atributo irrevogável e central da atividade política desses sujeitos, relembro a afirmação de Pinto (2001, p. 103) de que “A posição da mulher em situação de liderança é sempre uma posição marcada, isto é, sempre o fato de ser mulher vai contar contra ou a favor no julgamento de sua atuação”. Deste modo, é indispensável ter em mente essas perspectivas generificadas ao se avaliar um mandato como o de Fernandes, em que, soma-se a isso, a constante evocação de sua condição de mulher como parte de sua plataforma, mas, também, de sua estratégia de condução da carreira política.

A despeito de se esperar resultados inferiores e insuficientes de mulheres na política, e em razão de seus pioneirismos pelo seu estado no Senado e enquanto mulher nesta arena, Emília firmou-se uma figura de repercussão positiva. Naquela mesma sessão, o senador José Eduardo Dutra (Bloco/PT-SE) pondera a respeito da liderança aguerrida da colega à frente da CI:

[...] V. Ex^a se destacou nesta Casa, em diversos momentos, quando da CPI dos Precatórios, como Presidente da Comissão de Infra-Estrutura. Esta comissão, durante certo tempo, esteve em segundo plano no Senado Federal, mas se transformou, ao longo de sua Presidência, em um amplo fórum de debates acerca de temas de grande importância para a Nação brasileira (Diário do Senado Federal, 17 dez. 2002, p.26.160).

Uma análise numérica feita pela própria senadora em discurso, sugere que além de um bom desempenho à frente da CI, ela superou as expectativas: contra três reuniões ocorridas no primeiro semestre do ano anterior, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura realizou três vezes mais no primeiro semestre de 1999. No mesmo balanço semestral, a discrepância entre os números de matérias aprovadas também é notória: dezesseis matérias aprovadas neste ano, em comparação a duas no mesmo período no ano anterior.²⁴ O saldo positivo se estendeu no segundo semestre, totalizando vinte reuniões e cinquenta matérias apreciadas com votação de 90% delas.²⁵ Segundo a senadora, o período altamente produtivo, com resultados tão expressivos, como ela considerou, foi obtido com a dinamização do trabalho da comissão.

Em seu último pronunciamento, Fernandes recobrou os alcances obtidos durante seu exercício parlamentar; feitos pelos quais recebeu elogios e reconhecimento dos pares políticos naquele 16 de dezembro de 2002. O colega de tribuna e de bancada Tião Viana (Bloco/PT-AC), em seu aparte na despedida da senadora, expressa o que considera o sentimento nutrido pelo legado de Emília e a impressão unânime a respeito de toda a trajetória da parlamentar:

[...] Todos damos o testemunho de sua atividade tão diligente, apaixonada, dedicada e qualificada nas Comissões. [...] Se V. Ex^a conseguiu brilhar tanto em plenário, ser reconhecida e admirada de norte a sul - no meu Estado, o Acre, quantas vezes ouvi, em várias cidades, o reconhecimento, a admiração e o entusiasmo pelo desempenho parlamentar de V. Ex^a - quando vamos para as Comissões, observamos o forte conteúdo assentado na sua atividade. [...] V. Ex^a é uma profissional qualificada para o exercício de qualquer desafio de função pública deste País, seja de Ministra de Estado, seja de dirigente de qualquer entidade nacional. Acredito que o Brasil continuará precisando da competência, da sensibilidade e da qualidade de V. Ex^a. (Diário do Senado Federal, 17 dez. 2002, p. 25.157).

Lindberg Cury (PFL-DF), por sua vez, reconheceu a marca deixada por Emília por sua determinação, objetividade, experiência e firmeza; qualidades essas que o senador Arlindo Porto (PTB-MG) aponta como de inquestionável contribuição para muitas das transformações

²⁴ BRASIL. Senado Federal. CI já aprovou 16 matérias neste ano. **Jornal do Senado**. Brasília, p. 4, ano 5, n. 910, 05 jun. 1999. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/497895>. Acesso em: 25 nov. 2024.

²⁵ BRASIL. Senado Federal. CI apreciou 50 propostas e triplicou o número de reuniões. **Jornal do Senado**. Brasília, p. 8, ano 5, n. 1007, 20 dez. 1999. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/497992>. Acesso em: 25 nov. 2024.

observadas, sem deixar de lado a “simpatia, lhanza de trato”.²⁶ Se, por um lado, as parlamentares sofrem maior impacto dos constrangimentos institucionais, com os óbices ao ingresso das mulheres na política refletindo em dificuldade de validação da sua figura durante o exercício do cargo, bem como nas possibilidades que lhe são conferidas de se moverem e ganharem autoridade dentro da estrutura, devido à identidade de gênero, por outro, esta condição pode ser assumida e articulada à própria narrativa e ao desenvolvimento da carreira política, como exemplifica o caso da gaúcha.

Fernandes e sua trajetória política evidenciam esse potencial da identidade feminina, revelado não só na sua adoção como mecanismo de propulsão política, mas ao aportar competências consideradas, socialmente, inerentes à essa natureza e que impactam as atividades e decisões feitas no parlamento. Seus pioneirismos e suas contribuições indiscutíveis, terminantemente atravessados por sua condição de mulher, e por uma retórica particular dela, levaram-na a se consagrar como um fenômeno.

12 Considerações finais

A assimilação das vias tradicionais de desenvolvimento da carreira política no país e dos padrões de recrutamento na composição da Câmara Alta revela uma série de fatores de maior recorrência na ascensão política e, de tal forma, de maior peso para o sucesso eleitoral e projeção dentro do campo. De forma complementar, a constituição do Senado Federal como o ápice da carreira política, segundo a lógica hierárquica e integrada de cargos na organização do sistema político formal brasileiro, leva, à instituição, integrantes com perfil bastante específico. Isso se deve à alta rigidez e exigência quanto aos requisitos necessários para o ingresso e a atuação parlamentar na Casa. Nessa perspectiva, os senadores, considerados a elite política, apresentam, em sua maioria, uma carreira política longa e já consolidada, com a passagem por cargos prévios que compõe os níveis inferiores dessa hierarquia, nas diversas esferas - local, estadual e federal - e âmbitos do Poder - Executivo, Judiciário e Legislativo.

Não obstante esta ordem consolidada e as prerrogativas histórica e culturalmente instituídas para a eleição ao Legislativo Federal, os seus parâmetros de recrutamento e de atuação indicam tendências, que, a despeito de apontarem o comportamento dominante, podem sofrer desvios. Em outras palavras, variáveis institucionais e não-institucionais somam-se a características pessoais e particulares levando a trajetórias atípicas. Em uma

²⁶ BRASIL, Senado Federal. **Diário do Senado Federal**, pp. 26.158-26.160, ano 57, n. 154, 17 dez. 2002. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/1306?sequencia=69>. Acesso em: 11 dez. 2024

contradição patente, a adoção de caminhos não convencionais, para que seja bem-sucedida, requer uma estratégia bem alinhada com fatores situacionais e os potenciais da figura política, isto é, um exame do seu grau de competitividade.

No caso das candidatas mulheres, aspectos que vão desde herança política a reconversão e acúmulo de capitais e uma propaganda bem construída são ainda mais importantes para uma ascensão e projeção política por vias incomuns e mais rápidas. A apreensão de características similares e particulares das senadoras, apresentadas por Lima (2018), permitiu entender quais podem ter sido os fatores motivadores da ascensão dessas parlamentares, tanto quanto dos termos em que se dão as transgressões na conquista de uma cadeira na Câmara Alta. Os caminhos possíveis à construção dessas carreiras femininas anti sistêmicas adquirem contornos mais definidos no dilema apresentado por Miguel e Biroli (2010) quanto à atuação consonante ou não com os comportamentos legitimados.

Corroborada por essas questões, a discussão deste artigo partiu do reconhecimento de que há modos estratégicos de condução de carreira, que, combinados com características biográficas e sociodemográficas, que têm relação direta com o processo de socialização política, viabilizam uma carreira política feminina desviante e bem-sucedida. A relevância e influência de atributos e escolhas particulares tanto para a conquista de uma cadeira na Câmara Alta quanto no modo de inserir-se em sua estrutura são exemplificados pela trajetória política de Emília de Fernandes.

O desvio das tendências hierárquicas apontadas por Miguel (2003), tanto quanto dos fatores recorrentes no ingresso de parlamentares mulheres no Senado Federal sinalizados por Lima (2018), ficam patentes em sua eleição para representar o Rio Grande do Sul na Casa, sem a passagem prévia por cargos considerados preliminares, e em sua nomeação como presidente de Comissão Permanente, intensificados pelo pioneirismo no cumprimento destes feitos. Os dados trazidos por esta pesquisa sustentam a afirmação de que Fernandes rompeu com as restrições e determinações impostas pelos procedimentos institucionais. Isso foi possível, essencialmente, devido a uma combinação incomum de elementos que garantem a entrada na Câmara Alta. Em termos mais exatos, sua trajetória atípica atrelou-se à composição do seu capital político a partir do simbólico e midiático já adquiridos, e da herança incorporada pelo apadrinhamento, tudo isso atravessado por um sentido único do fato de ser mulher.

É pelo entendimento da impossibilidade de exclusão da identidade feminina na trajetória e no exercício político de mulheres, e as suas várias formas de expressão, não excludentes entre si, que este artigo argumentou no sentido de que, no caso de Emília, sua

estratégia se concretizou pelo recurso à essa identidade. Dito de outro modo, a hipótese aventada de que a excentricidade e os êxitos de sua figura política ancoraram-se na articulação de sua condição de mulher de um modo discursivamente distinto, se confirmou pelas fontes analisadas, ao proporcionar o contato com as perspectivas da senadora e os mecanismos operados por trás de sua retórica *sui generis*.

O modo como reiterou a sua condição de mulher, seja visual, discursiva ou politicamente, combinando diversas formas de expressões na consolidação de sua imagem, permite enxergar a mulher na política sob outro prisma. Sua trajetória contrastante com a de outras parlamentares, como Suely de Oliveira, Esther Grossi e Yeda Crusius, exemplifica a ambivalência do *status* de mulher: de um lado, as limitações institucionais atreladas a essa condição, de outro, fator potencial para desvio da normatividade. Fernandes é uma clara manifestação de que os atributos e determinações socioculturais atribuídos ao feminino podem desempenhar um papel central na política que vai além da simples função de mecanismo de invalidação e inibição ao ingresso e à atuação de mulheres nesta arena.

Em uma perspectiva mais ampla, a observação pormenorizada da sua atividade senatorial, com uma performance que a levou ao posto de primeira mulher presidente de Comissão Permanente, com aproveitamento e reconhecimento inquestionáveis, atesta que o desempenho parlamentar de mulheres não pressupõe renúncia aos atributos culturalmente determinados da feminilidade, muito menos denota qualquer incapacidade ou inferioridade em razão disso. Os trechos jornalísticos ora analisados corroboram o argumento de que a gaúcha não negou a identidade feminina, muito menos dissociou-se dela, e são indícios suficientes de que Fernandes nomeou sua condição de mulher para muito além da luta pelos direitos da sua categoria, fazendo do gênero justamente uma das qualidades para ser eleita - e para desenvolver atividades e ocupar postos de importância e eminentemente masculinos.

Sobretudo, o caminho percorrido pela senadora demonstra, essencialmente, uma ruptura com o dilema apresentado por Miguel e Biroli (2010), uma vez que, ainda que não tenha apresentado um perfil de carreira dentro dos parâmetros, nem uma conduta política legitimada, não sofreu nenhum ônus ao desafiar os padrões culturais e a normatividade institucional. Estendendo a discussão, terminantemente, essa análise cumpriu seu objetivo de explorar como Fernandes transpôs obstáculos e desviou dos padrões de eleição à Câmara Alta e de acesso aos espaços de poder e decisão, recorrendo, justamente, à sua condição de mulher, por meio do sentido particular dado à sua identidade feminina. A forma discursiva singular com a qual se inseriu na estrutura do Senado Federal é evidente nos seus discursos como parlamentar e nas entrevistas concedidas enquanto senadora, ou, apenas, enquanto Emília.

A trajetória da gaúcha põe luz à possibilidade de as mulheres acessarem e consolidarem espaço na política, mesmo em um cenário institucional desfavorável, conquistando cargos de poder e decisão historicamente ocupados por homens. Mais que isso, constitui um ponto de partida para uma agenda de pesquisa que busque explorar as estratégias para ampliar a participação política, não só em termos de presença, mas, também, de influência, a despeito dos desafios estruturais e institucionais. No caso de Emília Fernandes, parte crucial de sua estratégia se estabeleceu em torno do potencial da identidade feminina, da ambivalência da condição de mulher, por meio de um discurso particular e bem engendrado. Esta pesquisa, portanto, focou na identidade feminina e em como ela foi operacionalizada a favor de uma mulher na política, mas não é exaustiva, abrindo margem para perscrutar outras alternativas em carreiras femininas desviantes.

Referências

- AS mulheres querem e podem chegar ao poder. **O Globo**, São Paulo, 8 fev. 1998.
- AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora UNESP, 2001
- BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BRASIL. Senado Federal. CI apreciou 50 propostas e triplicou o número de reuniões. **Jornal do Senado**. Brasília, p. 8, ano 5, n. 1007, 20 dez. 1999. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/497992>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- BRASIL. Senado Federal. CI já aprovou 16 matérias neste ano. **Jornal do Senado**. Brasília, p. 4, ano 5, n. 910, 05 jun. 1999. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/497895>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- BRASIL. Senado Federal. Comissões permanentes têm atribuições definidas pelo Regimento. **Jornal do Senado**. Brasília, p. 4, ano 5, n. 821, 24 fev. 1999. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/497806>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- BRASIL. Senado Federal. Congresso dedica sessão solene às mulheres: para senadoras presença na política é fundamental. **Jornal do Senado**. Brasília, p.8, ano 6, n. 1053. 16 mar. 2000. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/498038>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- BRASIL, Senado Federal. **Diário do Senado Federal**, pp. 26.155-26.164, ano 57, n. 154, 17 dez. 2002. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/1306?sequencia=69> Acesso em: 11 dez. 2024
- BRASIL. Senado Federal. Emília dirige Infra-estrutura. **Jornal do Senado**. Brasília, p. 7, ano 5, n. 833, 12 mar. 1999. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/497818>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- BRASIL. Senado Federal. Senadoras: dados biográficos 1979-2024. Brasília: Senado Federal, 2024. 2 v. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/650542>. Acesso em: 09 nov. 2024.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- GALLUCCI, Mariângela (Brasil). Ministra quer mais delegacias para a mulher. **O Estado de São Paulo**, Brasília, p. 9, 06 jan. 2003.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595–609, set. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005> Acesso em: 15 fev. 2025.

LLANOS, Mariana; SÁNCHEZ, Francisco. Conselho de anciãos? O Senado e seus membros no Cone Sul. In: LEMOS, Leany B. de S. (Org.). **O Senado Federal brasileiro no pós-constituente**. Edições Unilegis de ciência política, v. 4. Brasília: Senado Federal, 2008, p.121-149.

LEMOS, Leany B. de S; RANINCHESKI, Sonia. Carreiras políticas no Senado brasileiro: um estudo das composições do Plenário e da Comissão de Justiça e Cidadania na década de 90. In LEMOS, Leany B. de S. (Org.). **O Senado Federal brasileiro no pós-constituente**. Edições Unilegis de ciência política, v. 4. Brasília: Senado Federal, 2008, p.87-120.

LIMA, Amanda T. **Carreiras políticas de mulheres no Senado brasileiro: gênero, Feminismos e Interseccionalidade (1991-2018)**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189290?locale-attribute=pt_BR Acesso em: 26 ago. 2024

MIGUEL, L. F.. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, n. 20, p. 115–134, jun. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782003000100010> Acesso em: 10 dez. 2024

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F.. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 3, p. 653–679, set. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000300003> Acesso em: 10 dez. 2024

NOGUEIRA, Octaciano. **O Senado Federal em perguntas e respostas**. 1. ed. Brasília: Senado Federal, 2011. p. 88. Brasil. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/502804> Acesso em: 10 dez. 2024

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PINTO, Céli Regina J. Donas-de-casa, Mães, Feministas, Batalhadoras: mulheres nas eleições de 1994 no Brasil. **Estudos feministas**. Rio de Janeiro. v. 2, n. 2 (1994), p. 297-312. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/163797> Acesso em: 10 set. 2024

PINTO, Céli Regina J.. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 49, p. 98–112, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32910>. Acesso em: 11 dez. 2024.

PINTO, Céli Regina J.. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 15–23, jun. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003> Acesso em: 10 dez. 2024

PINTO, Céli Regina J.. Uma mulher "recatada": a deputada Suely de Oliveira (1950-1974). **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 15, n. 29, p. 565–587, jul. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X015029007> Acesso em: 10 dez. 2024

PINTO, Céli Regina J.; SILVEIRA, Augusta. Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014). **Opinião Pública**, v. 24, n. 1, p. 178–208, jan. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912018241178> Acesso em: 10 dez. 2024

PINTO, Paulo; WOLTERS, Gabriela. O poder de saias: deputadas ainda se ocupam mais com ‘coisas de mulher’, elas privilegiam área social e deixam segurança e economia para os homens. **Folha de São Paulo**, Brasília, 17 dez. 1995, p.1